

IV — Formação Profissional Relevante:

- a) Pós-Graduação em Análise Financeira, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa;
 b) Curso de Especialização em Corporate Finance Aplicado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CEMAF/ISCTE);
 c) Curso Técnico Profissional de Contabilidade e Gestão. Colégio Internato dos Carvalhos, Porto.

207402196

Despacho n.º 15254/2013

Considerando que os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que o licenciado Sérgio Miguel Pratas Guerreiro, reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Diretor do Departamento de Estudos e Planeamento da Direção de Planeamento Estratégico do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato e o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato Sérgio Miguel Pratas Guerreiro, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei acima citada, foi designado, por deliberação de 30.09.2013 do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de Diretor do Departamento de Estudos e Planeamento, o licenciado Sérgio Miguel Pratas Guerreiro, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

12 de novembro de 2013. — A Diretora-Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*, por delegação de competências.

Síntese Curricular

I — Identificação: Sérgio Miguel Pratas Guerreiro
 Data de nascimento: 4 de maio de 1974

II — Habilitações Académicas: Mestrado em Gestão e Administração Pública, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Licenciatura em Economia, Universidade Lusíada.

III — Experiência Profissional:

- a) Diretor do Departamento de Estudos e Planeamento — desde 16 de outubro de 2012;
 b) Diretor do Departamento de Estudos do Turismo de Portugal, I. P. (2007-2012);
 c) Vice-Presidente do Bureau do Comité de Turismo da OCDE (2011-2013);
 d) Chefe da Divisão de Estudos e Planeamento da Direção-Geral do Turismo (2004-2007);
 e) Quadro da Administração Pública do Turismo desde 1992 — Turismo de Portugal, I. P. e Direção-Geral do Turismo;
 f) Docente Universitário na Universidade Europeia;
 g) Investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa — Núcleo Turismo, Cultura e Território (TERRITUR).

IV — Formação Relevante:

Doutorando em Turismo, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL);

Curso de Formação Avançada do Programa de Doutoramento em Turismo (IGOT-UL);

Programa “Gestão para a Criação de Valor”, Nova Fórum — Instituto de Formação de Executivos da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa;

Curso “Desenvolvimento de Competências em Liderança e Gestão”, promovido pela Leadership Business Consulting;

Programa de estágios da Organização Mundial do Turismo — WTO Practicum;

Participação em diversos seminários e conferências na área do turismo, economia e administração pública, nacionais e internacionais.

207401961

Despacho n.º 15255/2013

Considerando que os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que por despachos de 18 e 31 de outubro de 2012 dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração pública e do turismo, respetivamente, foi autorizado o alargamento da área de recrutamento do presente procedimento concursal a licenciados sem vínculo à Administração Pública, ao abrigo do disposto no artigo 18.º da Lei Orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 129/2012, de 22 de junho.

Considerando que o licenciado Jorge Fernando da Silva Rodrigues Mateus, reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Diretor do Departamento de Contabilidade Aprovisionamento e Património da Direção de Gestão Financeira e de Tecnologias, do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pelo candidato e o exigido para o exercício do cargo a prover, o júri considerou que o candidato Jorge Fernando da Silva Rodrigues Mateus, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei acima citada, foi designado, por deliberação de 30.09.2013 do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de Diretor do Departamento de Contabilidade Aprovisionamento e Património, o licenciado Jorge Fernando da Silva Rodrigues Mateus.

12 de novembro de 2013. — A Diretora-Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*, por delegação de competências.

Síntese Curricular

I — Identificação:

Nome: Jorge Fernando da Silva Rodrigues Mateus
 Data de nascimento: 25 de janeiro de 1961

II — Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade Técnica de Lisboa.

III — Experiência Profissional:

- a) Desde julho de 2009 — Turismo de Portugal, I. P. — Técnico Superior;
 b) De abril de 1996 a junho de 2009 — Hospital Particular de Lisboa, S. A. — Diretor Administrativo e Financeiro;
 c) De maio de 1995 a março de 1996 — Lusalite, S. A. — Diretor Financeiro;
 d) De fevereiro de 1991 a abril de 1995 — Lusalite, S. A. — Adjunto da Direção Financeira;
 e) De maio de 1990 a janeiro de 1991 — SAER, L.ª — Técnico Analista de Rating;
 f) De setembro de 1988 a abril de 1990 — Coopers & Lybrand — Auditor Júnior;
 g) De julho de 1988 a maio de 1992 — M.F. & Rodrigues, L.ª — Técnico de Elaboração de Estudos Económico Financeiros (em regime liberal);
 h) Meses de julho, agosto e setembro dos anos 1980, 1981 e 1982 — Crisal, S. A. — Assistente Administrativo.

IV — Formação Profissional Relevante:

- a) O código contributivo, dado pela OTOC (janeiro de 2011);
 b) O sistema de normalização contabilística (SNC) dado pela empresa de auditoria BDO (outubro de 2010);
 c) Auditoria e Controlo Financeiro da Contratação Pública, dado pela IFE — International Faculty For Executives, com a duração de 14 horas (fevereiro de 2010);
 d) Programa de Gestão para a Criação de Valor, na Universidade Nova de Lisboa (novembro de 2009);
 e) Contabilidade de custos, orçamentos e controlo de gestão (implementação de um sistema de custeio e de contabilidade de gestão, dado pela CTOC (outubro e novembro de 2008));

f) Construção de um quadro de bordo de apoio à gestão (Balance Score Card), dado pela CTOC (outubro de 2007);

g) IRS — aspetos fiscais e contabilísticos, dado pela CTOC (dezembro de 2005);

h) O código do trabalho — regulamento e segurança social, dado pela CTOC (novembro de 2005);

i) Constituição, dissolução, liquidação e transformação de sociedades, dado pela CTOC (setembro 2004);

j) Consolidação de contas, dado pela Price Waterhouse (durante o ano de 1994);

k) Encerramento de contas, dado pela Segorp (dezembro de 1991);

l) Curso de Seguros, ministrado na Companhia Europeia de Seguros (junho a setembro de 1986).

207404001

Despacho n.º 15256/2013

Considerando que os cargos de direção intermédia de 2.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que a licenciada Fernanda de Bastos Praça, reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Diretor do Departamento de Ordenamento do Território da Direção de Desenvolvimento e Valorização da Oferta do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, face ao perfil revelado pela candidata e o exigido para o exercício do cargo a prover, o Júri considerou que a candidata Fernanda de Bastos Praça, reúne as melhores condições para o exercício do cargo;

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da lei acima citada, foi designado, por deliberação de 30.09.2013 do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, no cargo de Diretor do Departamento de Ordenamento do Território, a licenciada Fernanda de Bastos Praça, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção-Geral do Território.

12 de novembro de 2013. — A Diretora-Coordenadora da Direção de Recursos Humanos, *Elsa Cristina Pinto Barbosa Gomes da Cruz Deus Vieira*, por delegação de competências.

Síntese Curricular

I — Identificação: Fernanda de Bastos Praça

Data de nascimento: 9 de junho de 1963;

II — Habilitações Académicas: Licenciada em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro.

III — Experiência Profissional:

a) outubro de 2012 à atualidade — Diretora, em regime de substituição, do Departamento de Ordenamento do Território do Turismo de Portugal, I. P.;

b) agosto de 2007 até outubro 2012 — Diretora do Departamento de Ordenamento do Território, do Turismo de Portugal, I. P.;

c) maio de 2004 a julho de 2007 — Diretora de Serviços de Ordenamento e Estruturação de Destinos, da Direção-Geral do Turismo;

d) janeiro de 2002 a maio de 2004 — Diretora de Serviços de Gestão Territorial, da Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro e, posteriormente, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;

e) outubro de 1999 a dezembro de 2001 — Assessora do Gabinete da Sr.ª Ministra do Planeamento;

f) março de 1999 a outubro de 1999 — Assessora do Gabinete da Sra. Ministra do Ambiente;

g) fevereiro — março 1999 — Chefe de Divisão do Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte;

h) 1992 a 1999 — Técnica da Comissão de Coordenação da Região Centro e posteriormente da Direção Regional do Ambiente do Centro;

i) 1988 a 1992 — Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego, da Comissão de Coordenação da Região Centro;

j) 1987 a 1988 — Bolseira do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro;

k) 1986 a 1988 — Monitora no Departamento de Ordenamento e Ambiente da Universidade de Aveiro.

IV — Formação Relevante:

Pós-Graduação em Estudos Europeus, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Pós-Graduação em Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

207403987

Programa Operacional Fatores de Competitividade

Despacho n.º 15257/2013

No uso da faculdade atribuída nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril e alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de abril, a comissão diretiva da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Fatores de Competitividade, delega no gestor que a preside, com a faculdade de subdelegação, o seguinte:

1 — As competências que lhe são atribuídas pelo n.º 1 do artigo 45.º do citado diploma legal de acordo com os termos mencionados:

a) Decidir sobre alegações contrárias e reclamações de projetos que configurem a manutenção da decisão inicial;

b) Confirmar a inelegibilidade dos projetos com pareceres iniciais negativos e sem apresentação de alegações contrárias;

c) Decidir ajustes à decisão de financiamento sobre projetos com variação positiva ou negativa inferior a 10 % do valor inicial e desde que esta não ultrapasse 100.000 euros;

d) Autorizar alterações do calendário, prazo de execução ou composição do investimento;

e) Autorizar alterações de informações identificativas dos projetos sem consequência no valor do incentivo, nomeadamente, as modificações da localização geográfica, do setor de atividade, e no caso de projetos em co-promoção ou em associação, substituições do promotor líder ou proponente por um dos restantes beneficiários;

f) Decidir sobre o encerramento de projetos com um nível de execução do investimento superior a 60 % desde que mantidos os objetivos fixados com níveis similares de execução física;

g) Decidir sobre matérias correntes relativas ao pleno funcionamento e execução do PO.

2 — As competências para o encerramento do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC), nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 7908/2010, de 5 de maio, e do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010 (POCI), de acordo com o n.º 1 do Despacho n.º 13173/2010, de 16 de agosto.

14 de novembro de 2013. — O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Fatores de Competitividade, *Franquelim Fernando Garcia Alves*.

207402763

Despacho n.º 15258/2013

O gestor do Programa Operacional Fatores de Competitividade (POFC), que preside à comissão diretiva, vem no exercício das atribuições e competências que lhe foram cometidas para a prossecução das funções de gestão do Programa, atribuir às Vogais Executivas da comissão diretiva, Maria Isabel Sanches Matalonga y Planas e Maria da Piedade Brito Monteiro Valente, as competências necessárias para a prática de atos de gestão corrente nas áreas de intervenção que lhes estão cometidas, nos seguintes termos:

1 — Ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril e alterado Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de abril, determino a distribuição dos seguintes pelouros:

a) Gestor — Franquelim Fernando Garcia Alves

i) Gestão estratégica e avaliação incluindo estratégias de eficiência coletiva;

ii) Sistemas de informação;

iii) Financiamento e partilha de risco de inovação;

iv) Comunicação e imagem;

v) Assessoria jurídica.

b) Vogal executiva — Maria Isabel Sanches Matalonga y Planas

i) Conhecimento e desenvolvimento tecnológico;